

RECURSIVIDADES E TERRITORIALIDADES EM **CANGAÇOS**, DE GRACILIANO RAMOS

Valéria Aparecida de Souza Machado*

Resumo

Fruto de investigação recentemente iniciada como parte do projeto de pesquisa intitulado “Territorialidades literárias: projetos em diálogo”, coordenado pela Profª Drª Ivete Walty, este artigo discute o movimento recursivo das figuras do sertanejo, do cangaceiro e do latifundiário exploradas, criticamente, por Graciliano Ramos em alguns textos (crônicas/artigos) que compõem o livro **Cangaços**, com o intuito de investigar como elas são encenadas na obra do autor. Tal movimento aponta não só para a heterogeneidade das personagens que povoam a obra de Graciliano, como também permite que se analisem, no trânsito do autor como intelectual e escritor, as bifurcações, os entrecruzamentos e as apropriações entre um texto mais teórico e outro ficcional, levando a que se pense em uma escrita recursiva.

Palavras-chave: Escrita. Recursividade. Heterogeneidade. Territorialidades. Intramoção.

RECURSIVITIES AND TERRITORIALITIES IN **CANGAÇOS**, BY GRACILIANO RAMOS

Abstract

Fruit of an investigation recently initiated as part of the research project entitled “Literary Territorialities: Projects in Dialogue”, coordinated by Profª Drª Ivete Walty, this paper discusses the recursive movement of the figures of the sertanejo, of the cangaceiro and of the landowner critically explored by Graciliano Ramos in some texts (chronicles / articles) that make up the book **Cangaços**, in order to investigate how those figures are staged in the author’s work. Taking into account the transit between the author as intellectual and as writer such movement points not only to the heterogeneity of the characters that populate the work of Graciliano, but also allows the analysis of the bifurcations, intersections and appropriations between a more theoretical text and another text more fictional so that analysis of these processes, in turn, may allows us to think of a recursive writing.

Keywords: Writing. Recursiveness. Heterogeneity. Territorialities. Intramotion.

Recebido em 01/06/2020

Aceito em 13/07/2020

*Instituto de Educação Continuada/ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Doutora em Letras – Literaturas de Língua Portuguesa, pela PUC/Minas. <https://orcid.org/0000-0003-0836-0484>.

Áspera. Ácida. Assim é a pena de Graciliano Ramos que percorre o papel para a escrita de seus 'garranchos', de suas cartas, suas memórias, seus instigantes romances, em seu trânsito por territorialidades várias, ainda que parta de um território específico: o território geográfico do sertão nordestino, de terra seca, de povo faminto, de latifundiários perversos, políticos corruptos, de cangaceiros e jagunços vingativos e alucinados, todos eles habitantes dessa mesma terra.

Não à toa a literatura de Graciliano Ramos tem sido enquadrada como regionalista no campo da historiografia literária brasileira. Sua escrita, entretanto, ultrapassa os limites do regionalismo e, por isso mesmo, falo aqui em territorialidades, pois da ideia inicial de região, Ramos se embrenha para outros espaços, outras questões – até mesmo existenciais – por meio das figuras que atravessam seus romances, memórias, crônicas e contos, figuras essas pertencentes a grupos sociais os mais diversos. Valendo-se de elementos e de personagens marcadas pelo regional, o escritor analisa e critica a sociedade, seus integrantes e as relações de poder que aí se dão, em variados tempos e espaços. Daí as temporalidades e espacialidades que sua escrita, áspera e ácida, convoca para colocar a própria natureza humana diante de suas virtudes, falhas e vulnerabilidades no limiar das relações que se estabelecem entre os homens. Daí, ainda, essa escrita litigiosa, política e democrática de que nos fala Rancière (1995, 2009).

Litigiosa porque, ao misturar no mesmo espaço, o da escrita, essas diversas figuras, estabelece um embate de vozes, de perspectivas e pontos de vista. Trata-se da possibilidade que essa escrita abre para a “partilha do sensível” isto é, para aquele

[...] sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas (...). Define o fato de ser ou não visível num espaço comum, dotado de uma palavra comum. (RANCIÈRE, 2009, p. 15-16).

No mesmo espaço convivem, por exemplo, Paulo Honório, Madalena e Rosa. Fabiano, o patrão e o soldado amarelo. O menino que deixa ver a encenação do próprio autor com os fantasmas de sua infância: um pai austero, uma mãe arredia, o amigo cruel e perverso. Em tais cenários, as posições são confrontadas e mesmo os corpos diminutos, sem voz ou invisíveis, tomam parte num espaço comum para mostrarem que também o habitam.

Política, porque não faz distinção entre os que podem ou não podem estar no espaço comum, sensível, ou seja, um espaço que não é destinado apenas aos dotados de poder, palavra, conforme a atividade que exercem. A política operada por esse tipo de escrita é, segundo Rancière

[...] um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo. (RANCIÈRE, 2009, p. 16-17).

Democrática, porque possibilita a “igual capacidade de qualquer um de experimentar qualquer tipo de vida...” (RANCIÈRE, 1995, p. 80). Para Rancière, na base da política há de

ter o litígio e este só é possível quando pontos de vista diferentes são postos em diálogo, em embate. É nesse sentido que se pode considerar o papel de intelectual que Graciliano Ramos exerce por meio, também, de sua escrita e de sua literatura, no manejo da palavra e em sua trajetória na cena pública.

Para dizer um pouco mais sobre essa função do intelectual vale convocar Hannah Arendt (2009). Diferentemente do labor e do trabalho, a filósofa defende que a ação é a “condição humana da pluralidade”, sendo que ação e palavra, termos indissociáveis, são atividades mediadoras das relações entre os sujeitos. Assim, a ação só atingiria seu potencial de fato, se revelada pelo uso da palavra visando a um “mundo comum”. É nesse sentido, inclusive, que o espaço público passa a existir “sempre que os homens se reúnem na modalidade do discurso e da ação”. (ARENDR, 2009, p. 36). Discurso e ação são os elementos que definem a existência desse espaço que abre possibilidades de construção do “mundo comum” de que fala a autora; espaço onde todos passam a agir e se orientar, tal qual o “espaço comum” vislumbrado por Rancière (2009) ao definir as bases da partilha do sensível.

Maria Zilda Cury (2008), discorrendo sobre a atuação do intelectual no espaço público, evoca Edward Said, para quem o papel do intelectual estaria atrelado à capacidade de agenciar as diversas vozes sociais no espaço público. Cury destaca, ainda, que Said concebe o intelectual como um ‘fora-do-lugar’, “na medida em que desloca os que estão à frente da cena sócio-política e cultural, assumindo uma postura política ativa”. (CURY, 2008, p. 24).

É nessa direção que caminha a escrita de Graciliano Ramos ao promover o desmanche de uma ideia preconcebida daquilo que seria um território nacional, uma nação construída pelos donos do poder para, aí, inserir outras vozes, fazer o exercício da escuta, incorporar outros territórios e rincões esquecidos, cujas culturas, mesmo assim, conformam a cultura do país em sua heterogeneidade. Aliás, o heterogêneo marca os textos do escritor alagoano, não só pelo coro de vozes sociais que neles transita, mas pela própria estrutura discursiva através da qual são construídas as personagens, num movimento de inter- e intratextualidade. Fronteiras de um texto são invadidas por outros e, em muitos casos, frases, expressões, ideias de um entrelaçam-se, cruzam-se ou são retomadas em outros, expondo o caráter relacional e litigioso dessa escrita.

A esta altura, recorro a Edgar Morin (2013), que defende a necessidade de uma reforma no modo como pensamos e estabelecemos relações entre as coisas. Segundo o pensador, fomos inculcados a pensar de forma compartimentada. Tal forma de pensar, diante da quantidade exacerbada de informações que nos chegam, dificulta nossa capacidade de contextualizar, organizar e compreender as ligações, interações e implicações mútuas dos fenômenos e da complexidade do real, incluindo aí não só os aspectos concordantes, mas também os conflitantes. Para Morin, o desafio do pensamento complexo exige que ele seja capaz de:

[...] religar os conhecimentos entre si, religar as partes ao todo, o todo às partes, e que possa conceber a relação do global com o local, do local com o global... Essa reforma comporta um caráter epistemológico e reflexivo. Epistemologicamente, trata-se de substituir o paradigma que impõe o conhecimento por disjunção e redução, por um paradigma que pretende conhecer por distinção e conjunção. A reintrodução da reflexividade requer um constante retorno autoexaminador e autocrítico da mente por ela mesma. (MORIN, 2013, p. 184).

Trata-se, pois, do pensamento recursivo em sua capacidade autoprodutiva, ou seja, aquilo que é produzido alimenta o próprio processo de produção do pensamento. Para Morin,

A ideia de circuito não significa apenas reforço retroativo do processo sobre si mesmo. Ela significa que o fim do processo alimenta o início: o estado final se tornando de alguma forma o estado inicial, mesmo permanecendo final, o estado inicial se tornando final, mesmo permanecendo inicial. É dizer ainda que o circuito é o processo em que os produtos e os efeitos finais se tornam elementos e características primordiais. Isto é um processo recursivo: todo processo cujos estados ou efeitos finais produzem os estados iniciais ou as causas iniciais. (MORIN, 2003, p. 227 e 231).

Esse movimento recursivo é o que se observa na escrita de Graciliano Ramos, quando um elemento retoma outro, e outro e assim sucessivamente, tecendo significados diferentes conforme os contextos em que são inseridos. Daí o aparecimento de personagens de um conto em um romance, como é o caso da cadela Baleia, de **Vidas secas**. Ou de imagens construídas em uma crônica e depois referenciadas em outro(s) texto(s) como, por exemplo, “o soldado que lhe pisava o pé, na feira, o delegado que lhe dava pancada... o proprietário que lhe deixava a família em jejum...” (RAMOS, 2014, p. 28), figuras presentes na crônica “Lampião”, de **Cangaços**, e que, em contextos e modos diferentes, (re)aparecem em **Vidas secas** ou mesmo são referenciadas em **São Bernardo**.

Em **Vidas secas**, no capítulo “Cadeia”, a repetição dessas figuras (soldado, delegado, proprietário) encena as relações entre elas e o vaqueiro Fabiano. A imagem construída do proprietário de terra marca o lugar social que ocupam tanto o patrão de Fabiano quanto Paulo Honório. Este, em sua história, evoca as figuras do soldado e do delegado na rememoração dos tempos de pobreza e perrengues, mas também a do proprietário explorador, encarnada em si próprio, que, depois de virar fazendeiro, fortalece sua face de explorador.

Personagens, imagens, elementos textuais, estratégias discursivas transitam de um texto para outro e, ao se interagirem com novos contextos, implicados em outras tramas, evidenciam a transfiguração do que já foi dito ou escrito. Intratextualidade. Recursividade.

Na rede de relações em que textos (re)produzem e retomam outros textos na escrita de Ramos, o que é repetido aparece como diferente (Cf. Deleuze, 2018), produz a variação, o singular, mostrando o potencial de transformação e reinvenção que está por traz da repetição. O texto construído e lapidado com acertados recursos estilísticos e estratégias textuais e discursivas nas quais se destacam a força expressiva da metáfora e da ironia, a força das palavras, o senso crítico e a sensibilidade de Graciliano vão para além do aspecto social; tocam no existencial.

Voltemos a **Cangaços** para ver como isso se dá. O artigo intitulado “Sertanejos”, publicado pela primeira vez no semanário *Novidade*, de 11 de abril de 1931, assim se inicia:

Para o habitante do litoral o sertanejo é um indivíduo meio selvagem, faminto, esfarrapado, sujo, com um rosário de contas enormes, chapéu de couro e faca de ponta. Falso, preguiçoso, colérico e vingativo. Não tem morada certa, desloca-se do Juazeiro do padre Cícero para o grupo de Lampião, abandona facilmente a mulher e os filhos, bebe cachaça e furta como rato. (RAMOS, 2014, p. 21).

Vejam os que Graciliano inicia o artigo trazendo a visão estereotipada da figura do sertanejo, de acordo com a perspectiva de quem está de fora do sertão e, portanto, cria a imagem do sertanejo com base em informações de livros, jornais ou mesmo em algum personagem romantizado pela literatura da época. Há um movimento de trânsito aí operado pelo senso comum que assemelha a figura do sertanejo à imagem do cangaceiro, numa espécie de destino determinista. Mas a partir dessa visão “de fora”, o escritor adentra no sertão para mostrar a cara do sertanejo e mais, chega a beirar sua alma, despidendo-o da máscara social sobre ele colocada: “Os homens de minha terra podem ter por dentro a cartucheira e os molambos, mas exteriormente são criaturas vulgares, sem nenhum pitoresco.” (RAMOS, 2014, p. 21). O sertanejo é colocado a nu. Sem os adereços pitorescos da máscara social, é um homem comum e simples fisicamente, mas que traz as marcas de agruras sofridas e vividas. É, ao mesmo tempo, “cartucheira” (a violência embutida seria fruto da violência simbólica experimentada) e “molambos” (miserável e marginalizado, seria um resto que a sociedade rejeita). Cartucheira e molambos sinalizam, então, para uma revolta abafada que se torna violência.

A despeito de sugerir o local ‘marginal’ ocupado pelo sertanejo ao se valer desses dois vocábulos (cartucheira e molambos), Graciliano escava mais, até alcançar mais de perto a própria natureza humana em suas variadas nuances: necessidade, ganância, maldade, ingenuidade, arrogância, sede de poder. É o que se nota no artigo em questão, quando o escritor cita os movimentos migratórios do sertanejo para outros estados em busca de trabalho e de uma vida melhor. Muitos, no entanto, ao voltarem com algum dinheiro e encontrando o mesmo sertão que deixaram, acabam por reproduzir comportamentos ligados ao perfil daqueles que os oprimiram. Nesse sentido, pode-se dizer que esses movimentos migratórios do sertanejo apontam para um movimento antropofágico: parte da cultura experimentada nas cidades grandes é introjetada, a ponto de causar estranhamento quando do encontro com o lugar de origem:

Os sertanejos dos campos estiveram no Amazonas, em São Paulo e no Espírito Santo; tiraram borracha, plantaram café, voltaram com maços de notas e dispostos a esbanjá-los depressa. Alguns (...) meteram-se no exército e na marinha e os que haviam ido à cadeia e levado pancada entraram na polícia e se vingaram.

Todos esses sujeitos regressaram muito sabidos, estranhando tudo, falando difícil, desconhecendo os amigos (...) Tornaram-se negociantes ambulantes ou adquiriram um pedaço de terra e foram explorar o trabalho dos outros. (RAMOS, 2014, p. 22).

Continuando o artigo, Ramos discorre sobre os moradores da cidade grande, seus hábitos e sua índole. Aí sobressai uma fina ironia que traz em seu bojo a crítica a certo senso comum que conforma a vida citadina, privilegiada pela chegada do progresso, representado nas “rodovias, estradas de ferro, luz elétrica, cinema, praças com jardins, filarmônicas, máquinas de escrever e pianos”. (RAMOS, 2014, p. 23). Nutrindo-se apenas das novidades que o progresso oferecia, os indivíduos, alienados, não refletiam sobre os danos que ele também trazia, sobretudo ao alargar ainda mais a distância social entre o sertão e a cidade. Não por acaso, Ramos comenta, no artigo, que os moradores da cidade “Trabalham pouco, pensam pouco. Mas querem progresso,

o progresso que veem, encantados, nas fitas americanas...” (RAMOS, 2014, p. 23).

Observemos, nesse trecho acima, a crítica velada à cópia do que vem de fora, o que não deixa de ser um movimento antropofágico, porém numa espécie de deglutição negativa, na medida em que a valorização do modelo americano de desenvolvimento e progresso alimenta o desejo de possuir “uma sala bonita” com “quadros, cortinas e penduricalhos” quando, aqui, “(...) só faltam escolas e hospitais. Por isso os sertanejos andam carregados de muita verminose e muita ignorância”. (RAMOS, 2014, p. 23). A crítica faz-se, então, a um modelo socioeconômico que não só não alcança a todos, mas segrega e aliena. Diferentemente do conceito de antropofagia cunhado por Oswald de Andrade, neste caso podemos pensar numa assimilação da cultura do outro sem o descarte daquilo que não caberia ou que não seria necessário. Apenas cópia; reprodução do modelo. Tal incorporação do modelo parece ir de encontro ao que pensa o escritor que faz questão de marcar, em itálico, os vocábulos estrangeiros que representam a cópia do que vem de fora e é aplaudido pelo senso comum, quando o de dentro carece tanto dos benefícios de um outro tipo de progresso:

Dançam o *charleston*, jogam o *foot-ball*, ouvem o *jazz*, conhecem o *box* e o *flirt*. Até nos jogos de cartas esqueceram o honesto sete e meio e adotaram, sem nenhuma vergonha, as ladroeiros do *poker*. Daí tiraram o *bluff*, que invadiu o comércio e a política... Entretanto os rios estão secos, o gado morre, a lagarta rosada deu no algodão. Tudo tão pobre... (RAMOS, 2014, p. 23).

É esse “bando de coisas de nomes esquisitos” que também encantam os sertanejos que saíram em busca de uma vida menos miserável no Amazonas, em São Paulo ou no Espírito Santo, mas que, em sua ignorância, justamente porque lhes “faltam escolas e hospitais”, acabaram enlaçados pelos encantos do progresso e nele se alienaram. É preciso perceber que o conceito de progresso defendido pelo escritor difere daquele valorizado pelo senso comum. Para Graciliano Ramos o progresso deveria, também e sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da pessoa, do ser humano para que, então, este pudesse valer-se de seus benefícios para mudar a realidade social.

O percurso que Graciliano faz em “Sertanejos” evoca territorialidades e territorializações. Mas na medida em que os moradores da cidade buscam o externo, o de fora, o movimento realizado pelo artigo é para dentro; para a busca da origem e do espaço identitário. Movimento de “intramoção”, nos termos de Nubia Hanciau (2009). Dialogando com Jean Klucinskas e Walter Moser (2007), que estabelecem três categorias de moção/deslocamento ligadas à mobilidade na qual os sujeitos estão envolvidos, quais sejam, *locomoção*, *mediamoção* e *artemoção*, esta última referenciando a mobilidade intelectual e artística, Hanciau (2009) propõe o acréscimo de uma outra categoria, a de *intramoção*. Aí, o que interessa “não é mais o progresso ou avanço em linha reta, que implica a noção contrária de regresso, em círculo, e sim o ingresso, no sentido de um movimento interno...”. É como se o escritor vivesse “de alguma forma, em situação de migração, movências para fora e para dentro, mesmo que em culturas diferentes – locais, regionais, urbanas, rurais, do norte e do sul...” (HANCIAU, 2009, p. 270). Sob esse aspecto, podemos considerar também o movimento de um texto de um autor que transita por ou se volta para dentro de sua própria obra.

Enquanto o sertanejo deixa a terra seca em busca da cidade, Graciliano faz o movimento migratório contrário: vai para dentro do sertão, embrenha-se na cultura sertaneja, retorna para a cultura da cidade com seu progresso e, na interseção desses dois movimentos, mostra a contradição que os envolve. Ao contrário do que estampam os livros, revistas e jornais nos quais se baseia o senso comum da cidade grande, Graciliano escancara um país heterogêneo, desigual. Pedacos de um mapa que revelam espaços e lugares dentro e fora do país oficial.

Na crônica “Lampião”, publicada também no semanário *Novidade* em 25 de abril de 1931, e mais tarde inserida na obra póstuma *Viventes das Alagoas*,² ainda que Ramos faça referência a Virgulino Ferreira, o Lampião, não lhe interessa, como reforçam os organizadores de *Cangaços*, traçar uma biografia desse indivíduo em específico, mas, a partir de sua figura, analisar as razões que levavam alguns sertanejos a escolherem o banditismo e o cangaço como modo de sobrevivência. Mostra o lugar que ocupam esses sujeitos; um lugar em que as condições econômicas e o isolamento sociocultural contribuíram para sua distinção. Tal intenção já se mostra no início da crônica:

Lampião nasceu há muitos anos, em todos os estados do Nordeste. Não falo, está claro, no indivíduo Lampião, que não poderia nascer em muitos lugares e é pouco interessante (...)

Refiro-me ao lampionismo, e nas linhas que se seguem é conveniente que o leitor não veja alusões a um homem só. (RAMOS, 2014, p. 27).

E continua a crônica apontando para toda uma trajetória que não se inicia com o sujeito Lampião, mas muito antes dele, cuja figura, encarnada em Virgulino, tem sua gênese na configuração da própria região do Nordeste e sua história sociopolítica e econômica.

Na análise que vai sendo tecida pelo escritor, a prática do lampionismo não encontra sua justificativa no analfabetismo, injustiças e maus tratos sofridos pelo sertanejo pobre, mas num fenômeno que, de fato, destruiria a subjetividade do indivíduo que o experimentava: a fome.

O que transformou Lampião em besta-fera foi a necessidade de viver. Enquanto possuía um bocado de farinha e rapadura, trabalhou. Mas quando viu o alastrado morrer e em redor dos bebedouros secos o gado mastigando ossos, quando já não havia no mato raiz de imbu ou caroço de mucunã, pôs o chapéu de couro, o patuá com orações de cabra preta, tomou o rifle e ganhou a capoeira. Lá está como bicho montado. (RAMOS, 2014, p. 28).

Interessante é notar, nessa crônica, um tracejado subliminar da figura e da história de Fabiano, personagem de *Vidas secas*: analfabeto, ignorante, injustiçado, pobre. Na crônica, um parágrafo inteiro relata situações a que foram expostos indivíduos comuns que acabaram por seguir o caminho do lampionismo, textualmente semelhante a trechos do romance, como mostra esse trecho da crônica: “É analfabeto”/ “(...) sofreu numerosas injustiças e suportou muito empurrão...”/ “As injustiças e maus-tratos foram grandes, mas não desencaminharam Lampião. Ele é resignado, sabe que a vontade do coronel tem força de lei e pensa que apanhar do governo não é desfeita” (RAMOS, 2014, p. 27-28).

² *Viventes das Alagoas* reuniu crônicas, artigos e textos ensaísticos sobre o sertão e o cangaço, escritos por Graciliano Ramos após sua prisão. Foi publicado postumamente em 1962.

Fabiano tinha tudo para também seguir o caminho do cangaço e de tantos ‘lampiões’ nordestinos. No entanto, num movimento de autofagia, em que se apropria do próprio texto para construir outro, Graciliano repete para criar a diferença, na medida em que busca outra saída para a personagem de **Vidas secas**, acrescentando-lhe a resistência ética e a vitória do desejo, esta última, a força que impulsiona Fabiano a seguir em busca de algo novo e melhor, apesar de tudo. É em nome de Sinha Vitória e dos meninos que ele, acado na cadeia, pensa em seguir o cangaço, mas desiste da ideia, superando o desejo de vingança. Diferentemente do destino que Graciliano mostra para o sujeito da crônica “Lampião”.

A citação acima mostra outra passagem que se reitera na crônica e no romance: a resignação diante da lei e da justiça. Na cadeia, depois de ser surrado injustamente, Fabiano diz de si para si: “Tenha paciência. Apanhar do governo não é desfeita”. (RAMOS, 1998, p. 33). Há que ser observado, no entanto, o tom crítico na encenação da fala de Fabiano, apontando para a voz do autor implícito que deixa ver um sentimento ambíguo em relação ao governo e às instituições por ele mantidas, como a polícia e o regime carcerário em que a prisão, apesar de seu aparente caráter correcional e sua suposta função de reintegração dos presos à sociedade, era usada para banir socialmente os diferentes e contraventores. Mais uma vez notamos a relação estabelecida com outra obra do autor, **Memórias do cárcere**.

Interessa mostrar como a crônica ressalta o sentimento de terror que Lampião procura despertar em suas vítimas, por meio da violência, que ocupa o lugar da palavra, em sua forma de exercer o poder, já que no plano social ele ocupa o lugar invisível e inaudível como tantos outros sertanejos:

[...] É natural que procure o soldado que lhe pisava o pé, na feira, o delegado que lhe dava pancada, o promotor que o denunciou, o proprietário que lhe deixava a família em jejum.

Às vezes utiliza outras vítimas. Isto se dá porque precisa conservar sempre vivo o sentimento de terror que inspira e que é a mais eficaz de suas armas. (RAMOS, 2014, p. 28).

Recorrendo novamente a Hannah Arendt (2009), seria razoável concluir que, aí, a violência se instala pela ausência da possibilidade de ação, ação pela palavra. Impedido do direito de voz e de tomar parte do tecido social, a violência ocupa o lugar de fala e é a contrapartida que devolve à sociedade a que esse mesmo indivíduo pertence ou não pertence.

Outro aspecto da crônica que merece atenção é o intertexto oblíquo com Freud (1974), no célebre ensaio “O mal-estar na civilização”. A referência fina e arguta ao texto freudiano mostra um ‘lampião’ que age conduzido por instintos primários, aqueles naturais e constitutivos da natureza humana – agressividade e sexualidade. Na visão do escritor, Lampião não poderia ser considerado um indivíduo ‘civilizado’, lendo-se como tal aquele incluído no rol de deveres, mas também de direitos instituídos nos projetos de civilização:

Queima as fazendas. E ama, apressado, um bando de mulheres. Horrível. Mas certas violências, que indignam criaturas civilizadas, não impressionam quem vive perto da natureza...

Lampião é cruel. Naturalmente. Se não se poupa, como pouparia os inimigos que lhe caem entre as garras? Marchas infinitas, sem destino, fome, sede, sono curto nas brenhas, longe dos companheiros...

Não podemos razoavelmente esperar que ele proceda como os que têm ordenado, os que depositam dinheiro no banco, os que escrevem em jornais e os que fazem discursos... (RAMOS, 2014, p. 28-29).

Ora, grosso modo, o que Freud preconiza em seu ensaio é que o desenvolvimento da civilização está diretamente relacionado com o desenvolvimento do indivíduo, equação que carrega uma séria de conflitos. Isso significa dizer que para que o mundo civilizado fosse possível, os indivíduos tiveram que sucumbir ao adestramento das pulsões primitivas – sexuais e agressivas. O princípio da moralidade se constituiu, então, no principal veículo para a internalização de padrões e normas levados a efeito para conformar esses instintos primitivos. (Cf. WOLLHEIM, 1971).

Entre os mecanismos de que o projeto civilizatório lançou mão para atenuar o sofrimento causado pela restrição dessa energia pulsional, estão as diversas formas de sublimação, entre elas o trabalho, sobretudo o intelectual, que tem a prerrogativa de realizar o máximo de deslocamento das forças libidinais. A aceitação desses padrões rígidos de comportamento como forma de barrar a força dos instintos só teria êxito, segundo Freud, se os frutos do processo civilizatório fossem distribuídos a todos os indivíduos. Se o processo deixa de fora uma parcela grande de indivíduos insatisfeitos por não receberem, minimamente, a contrapartida, eles são impelidos à revolta, manifestada exteriormente por agressão – a violência.

O que Ramos parece criticar em sua crônica, ao apontar veladamente para o texto freudiano, é que se indivíduos como Lampião, ainda que conseguissem viver com a falta de acesso a condições básicas como saúde e educação e mesmo, em algumas circunstâncias, tolerando injustiças e maus tratos, não podiam tolerar a fome. Fala mais alto o instinto, a pulsão agressiva que passa, então, a ser a regra, o padrão para garantia da sobrevivência. Lei natural; lei da vida.

É então que Ramos entra, de certa forma e com grande carga de ironia, na defesa dos ‘lampiões’ nordestinos, assim como o faz Clarice Lispector (1999) no conto “Mineirinho”. Não significa dizer, em nenhum dos casos, que os dois escritores defendam a atitude de indivíduos como Lampião e Mineirinho, mas defendem, sim, a dignidade da pessoa humana; o direito de também eles terem direitos. O que Graciliano e Clarice reivindicam, ainda que com tons e perspectivas diferentes, é que esse outro injustiçado e à margem da estrutura social seja visto e ouvido em sua humanidade, ela toda feita também de contradições. A esse movimento de Ramos, o qual aproximado do mesmo feito por Clarice, dizem os organizadores de **Cangaços**:

Com vistas a refletir sobre o modo como a questão do cangaço se desdobrou na formação da obra do romancista, cumpre retomar a análise de “Lampião”. O motor da crônica é a ambivalência de Graciliano entre o sentimento de revolta contra as injustiças, o qual o faz identificar-se com a figura do bandoleiro, e a consciência dilacerada de ser inútil como escritor, pois o universo letrado o distancia da ação do cangaceiro. Esse movimento de ver-se próximo e distante do outro, de Lampião nesse caso, condensa o caminho ético do romancista. (LEBENSZTAYN; SALLA, 2014, p. 155).

Partamos para a última figura da qual me propus tratar neste artigo: a do proprietário. Essa recebe tratamento diferente em **Cangaços**, já que não há uma crônica ou artigo que tratem especificamente dela. A figura do proprietário está disseminada em vários textos do livro, como elemento que aparece para referendar a imagem do explorador e do opressor que subjagam indivíduos marginalizados para manterem a propriedade e a vantagem econômica sobre aqueles.

Interessante é que, nas mais diversas circunstâncias, a figura do proprietário aparece sempre atrelada a um exercício de poder. Graciliano fala de um tipo de cangaceiro do passado, considerado por muitos, inclusive por poetas populares, como o “herói cavaleiresco”, o “bandoleiro romântico”, um tipo que se bandeava para o cangaço por questões de honra ou por alguma desavença política ensejadora de vingança, para eliminar autoridades que favoreciam os inimigos políticos. Exemplo de figura assim, citada no livro, é Jesuíno Brilhante³, antigo cangaceiro do Rio Grande do Norte, ex-fazendeiro e dono de grandes lavouras, gado e também senhor de escravos. Como mostra Graciliano, a entrada de Jesuíno no cangaço não se deveu a nenhuma necessidade de sobrevivência ou por razão de fome e miséria, mas por um desejo de manter a ordem e os bons costumes por ele defendidos. Em nome disso, matava, por exemplo, sujeitos que cometiam delitos como abusos contra mulheres brancas. Notemos, brancas.

Na crônica “Dois cangaços” há uma distinção entre o cangaço de Lampião e o cangaço antigo, aquele a que se filiaram sujeitos como Jesuíno Brilhante, todos eles possuidores de algo a perder o que, de fato, leva a que se infira que a opção pelo cangaço estaria relacionada à manutenção do poder, que de fato era mantido, já que recebiam proteção mesmo na condição de cangaceiros:

[...] Casimiro Honório, os Moraes, Jesuíno Brilhante e Antônio Silvino tinham alguma coisa que perder, terra ou fazenda, pelo menos um nome, valor tradicional. Não podiam mostrar-se de repente demolidores de instituições respeitadas: precisavam mantê-las, apesar de réprobos, eram de alguma forma elementos de ordem, amigos da propriedade, de todos os atributos da propriedade. O que eles combatiam era, não a propriedade em si, mas a propriedade de seus inimigos. Daí talvez surgirem conservadores, poetizados e aumentados na literatura bronca do Nordeste.

[...]

O proprietário ameaçado pela política, foragido, embrenhado, sentia apoio onde andava, amparavam-no amigos seguros, companheiros de classe receosos de perder o prestígio e chegar à situação deles. Não lhes faltavam os intermediários necessários na compra de víveres, armas e munições, os avisos que os livravam das ciladas. (RAMOS, 2014, p. 84-85).

Em outro artigo, “O fator econômico no cangaço”, Graciliano Ramos critica os jornais, por ocasião da morte de Lampião, estampado como grande malfeitor nordestino. A crítica refere-

³ Jesuíno Brilhante entrou para o cangaço em razão de intrigas com uma influente família abastada do Nordeste que recebia proteção das autoridades locais. Ainda que em alguns momentos tenha agido como uma espécie de ‘Robin Hood’ nordestino na defesa dos mais humildes, a motivação para o cangaço veio de uma vontade de vingança, já que o que estava em jogo era uma disputa de poder entre proprietários de terra. (<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br>. Caderno 3. 03/02/2007. A história de Jesuíno Brilhante. Acesso: 03/05/20).

se à falta de capacidade dos veículos de comunicação em buscar a fundo as verdadeiras causas do fenômeno do cangaço. Mais uma vez, a manutenção da propriedade e o fator econômico aparecem nas reflexões do escritor como molas propulsoras e motivadoras de um tipo de cangaço, orquestrado por proprietários de terra em seus jogos de força e poder. Notemos, aqui, uma estreita relação com a história de Paulo Honório:

O cangaço, de que tanto se têm ocupado os jornais por causa da morte de um dos seus mais notáveis componentes, é um fenômeno próprio da zona de indústria pastoril, no Nordeste. Sem dúvida lá existem malfeitores em toda parte, mas os que operam na mata, lugar de agricultura e repouso, não são cangaceiros: ordinariamente são cabras de confiança de proprietários que, para conservar seus bens e aumentá-los, precisam organizar defesa armada. Um anacronismo, certamente. O Nordeste, porém, é atrasado em demasia, a propriedade aí se mantém pela força, às vezes cresce pela força. (RAMOS, 2014, p. 95).

Ainda nessa crônica o autor aponta o círculo vicioso que conjuga proprietários de terra e “bandoleiros” (tipo antigo de cangaceiro nordestino). Essa união de forças reforça o jogo e a manutenção do poder, onde ganham os dois lados:

Realmente o bandido nem sempre ameaça a propriedade: em alguns casos pode tronar-se um sustentáculo dela. Até o começo deste século os chefes de bandos eram em geral pessoas de consideração, homens de boa família, perseguidos por adversários políticos que eles juravam eliminar. Para isso necessitavam o apoio de indivíduos que se conservavam na legalidade. Aliança vantajosa às duas partes: ganhavam os bandoleiros, que obtinham quartéis e asilos na catinga, e ganhavam os proprietários, que se fortaleciam, engrossavam o prestígio com esse negócio temeroso. Como os salteadores de bota e gravata organizavam pequenos bandos compostos de sujeitos necessitados da classe baixa, concluiremos que o cangaço [dessa época] era um fenômeno social, agravado por motivos de ordem econômica. (RAMOS, 2014, p. 98).

Observemos, aí, o modo como operam os mecanismos de poder, numa rede que se dissemina e age em diversos níveis sociais, conforme nos mostra Michel Foucault (1979). Micropoderes que se pulverizam regional ou localmente, mas que se voltam para um centro que agencia a estrutura do poder. De acordo com Foucault, todos os níveis hierárquicos dessa estrutura de poder estão em relação de apoio e de sustentação entre si, agindo em todas as esferas da vida social, por meio dos mais variados dispositivos que moldam e controlam as ações, os comportamentos e os discursos dos indivíduos.

Em muitos desses textos reunidos em **Cangaços**, nos quais se mostram os jogos de poder entre donos de terra, trabalhadores, comerciantes e cangaceiros, Graciliano Ramos aponta para uma questão que vale aqui ressaltar: nas relações que envolvem ricos e pobres, poderosos e oprimidos, os mais fracos sempre são encurralados pelas pesadas relações de poder. Na crônica “Dois cangaços” isso fica bem evidente. No caso dos primeiros cangaceiros, surgidos no século XIX, os proprietários vingativos formavam bandos que contavam com indivíduos pobres e necessitados, sempre comandados pelo poder exercido por quem os contratava para o trabalho sujo. Na década de 1930, época em que o cangaço se torna mais violento e atinge grandes proporções – o cangaço de Lampião – os bandos são formados por pobres e miseráveis que lutavam pela sobrevivência, como já se mencionou mais acima. Aí, como mostra Graciliano

Ramos, o fator econômico é o aspecto motivador dessa nova vertente do cangaço, já que as dificuldades enfrentadas pelos sertanejos são resultado da falta de administração, do atraso da agricultura, da precariedade da indústria e, o mais monstruoso, da exploração do trabalhador rural pelos proprietários de terra. Novamente, a injustiça e a desigualdade motivadas pelas relações de poder.

Tais circunstâncias, envolvendo pobres, ricos, sertanejos, proprietários e cangaceiros num intrincado jogo de forças, serviram de mote para a construção de personagens de contos e romances escritos por Graciliano Ramos. Vale convocar, novamente, a aproximação da crônica “Lampião” e a história de Paulo Honório em **São Bernardo**. Injustiçado, maltratado e explorado pelos donos das terras onde trabalhou, de pobre passa a proprietário e, ironicamente, reproduz o jogo de força e poder do qual foi vítima. De oprimido, Honório passa a opressor. Vejamos trechos da crônica e do romance. Caminhos parecidos, destinos diferentes, entretanto:

No começo da vida sofreu numerosas injustiças e suportou muito empurrão. Arrastou a enxada, de sol a sol, ganhando dez tostões por dia, e o inspetor de quarteirão quando se aborrecia dele, amarrava-o e entregava-o a uma tropa de cachimbos, que o conduzia para a cadeia da vila. Aí ele aguentava uma surra de vergalho de boi e dormia com o pé no tronco. (RAMOS, 2014, p. 27-28).

Até os dezoito anos gastei muita enxada ganhando cinco tostões por doze horas de serviço... Numa sentinela, que acabou em furdunço, abreequei a Germana... e arrotei-lhe um beliscão retorcido na popa da bunda. Ela ficou-se mijando de gosto. Depois botou os quartos de banda e enxeriu-se com o João Fagundes... O resultado foi eu arrumar uns cocorotes na Germana e esfaquear o João Fagundes. Então o delegado de polícia me prendeu, levei uma surra de cipó-de-boi, tomei cabacinho e estive de molho...

(...)

A princípio o capital se desviava de mim, e persegui-o sem descanso, viajando pelo sertão, negociando com redes, gado, imagens, rosários... Sofri fome e sede, dormi na areia dos rios secos, briguei com gente que fala aos berros e efetuei transações comerciais de armas engatilhadas.... (RAMOS, 2006, p. 16-17).

Na vigorosa tessitura da escrita de Graciliano Ramos o que se nota é uma rede de relações estabelecidas entre as personagens; fatos históricos e histórias imaginadas; crítica social e fantasia. Dessa mistura, histórias e personagens são estrategicamente construídos em movimentos de retomada, de citação, de (re)visita à memória, de recursividade. Tudo para dizer de seu sentimento, como intelectual e escritor, acerca do sertão, das relações sociais injustas movidas por interesse e desejo de poder, da maldade dos homens, de seus conflitos, mas também de sua sensibilidade, fantasia e desejo.

Na impossibilidade de combater a injustiça social e as atrocidades de homens contra homens, Graciliano Ramos, tal como os ‘lampiões’ nordestinos, vinga-se pela palavra, como perspicazmente definem Ieda Lebensztayn e Thiago Mio Salla (os organizadores) a escrita de **Cangaços**:

Preso à realidade de violência, a fuga para a imaginação, o esforço de decifração das letras e a mediação pela literatura foram sua [de Graciliano] vingança, no sentido etimológico de libertação. Do diálogo do adulto com as perplexidades, impressões e pensamentos do menino, sobressaem os componentes dessa vingança pela literatura: a sensibilidade, a consciência histórica e a potencialidade crítica de construir mundos reunindo palavras. (LEBENSZTAYN; SALLA, 2014, p. 162).

Num movimento recursivo da escrita, Graciliano Ramos faz o caminho de ir e voltar em seus próprios textos, mas sem fechar o círculo; deixando em aberto as possibilidades de sentido, justamente por incluir e considerar o outro em sua condição humana, essa também constituída, de trajetórias em aberto, plurais e marcadas, como nos propõe a geógrafa britânica Doreen Massey (2008), por “uma simultaneidade de estórias-até-agora” (MASSEY, 2008, p. 33).

Referências

ARENDDT, Hannah. Ação. In: ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. Cap.V, p. 188-255.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. Trad. e ensaio crítico André Duarte. 3.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, 114 p.

CURY, Maria Zilda Ferreira. Intelectuais em cena. In: CURY e WALTY (org.). **Intelectuais e vida pública: migrações e mediações**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2008, p. 11-28.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Tradução Luiz Orlandi e Roberto Machado. 1ª ed. Rio de Janeiro: PAZ & TERRA, 2018.

FOUCAULT, Michel. Genealogia e poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 167-177; 209-227.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. Trad. de Octávio de Aguiar Abreu. In: FREUD, Sigmund. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: v.21: O futuro de uma ilusão; o mal-estar na civilização e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

HANCIAU, Nubia Jacques. Escrituras e migrações. In: WALTY, Ivete Lara Camargos; CURY, Maria Zilda Ferreira; ALMEIDA, Sandra Regina Goulart (org.). **Mobilidades culturais: agentes e processos**. Belo Horizonte: Veredas e Cenários, 2009, p. 265-283.

KLUCINSKAS, J.; MOSER, W. A estética à prova da reciclagem cultural. **Scripta**, v. 11, n. 20, p. 17-42, 30 jan. 2017.

LISPECTOR, Clarice. Mineirinho. In: LISPECTOR, Clarice. **Para não esquecer**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. p. 123-127.

- MASSEY, Doreen. Proposições iniciais. Tradução de Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. In: MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MORIN, Edgar. **O método I; a natureza da natureza**. Tradução de Marina Lobo. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. São Paulo, Martins, 1969.
- RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- RAMOS, Graciliano. **Viventes das Alagoas**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. 75. ed. Rio, São Paulo: Record, 1998.
- RAMOS, Graciliano. **Cangaços / Graciliano Ramos**; [organização de Thiago Mio Salla e Ieda Lebensztayn]. – 1. ed. – Rio de Janeiro, 2014.
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. 2. Ed. Tradução de. Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental, 2009.
- RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da escrita**. Tradução de Raquel Ramalhete. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- WOLLHEIM, Richard. Civilização e sociedade. In: WOLLHEIM, Richard. **As idéias de Freud**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Cultrix, 1971, p. 225-241.